

DE RIBEIRINHA A QUILOMBOLA: dinâmica territorial de comunidades rurais na Amazônia paraense

FROM RIVERSIDE INHABITANTS TO QUILOMBOLA: the territorial dynamic of rural communities in the paraense Amazon

João Santos Nahum

Prof.Dr da Faculdade de Geografia e Cartografia da UFPA
Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPA

Resumo

Analisamos a demarcação das terras remanescentes de quilombo enfocando as comunidades rurais das Ilhas de Abaetetuba, no município de Abaetetuba. Partimos da hipótese que a demarcação das terras remanescentes de quilombo é uma conquista, forjada em séculos de resistência e enfrentamento da dinâmica socioeconômica e de políticas de estado que condenam à extinção gêneros de vida quilombola, ribeirinho, camponês, indígenas, dentre outros, que usam a terra como bem comum, cultivado e cultuado pela comunidade. Ressaltamos que a conquista da posse da terra pelas comunidades rurais não altera os traços do modo de vida das comunidades ribeirinhas e quilombola, por exemplo, a dependência que a atividade oleira tem dos agentes atravessadores, bem como a ameaça que a expansão da dendecultura sobre esse território. O artigo divide-se em três partes, além da introdução e conclusão. Na primeira discutimos os usos da terra em comunidades ribeirinhas de Abaetetuba; na segunda analisamos refletimos sobre o processo que culminou com a titulação da área quilombola; finalmente expomos alguns pontos sobre as ameaças às Comunidades Remanescentes de Quilombo.

Palavras- chave: Modo de vida. Ribeirinhos. Quilombola. Comunidades. Território.

Abstract

We analyzed the demarcation of the remaining lands of quilombo focusing on rural communities of Abaetetuba's islands, in the city of Abaetetuba, belonging to the Greater Region of the Northeast of Pará and the Micro region of Cameta. We started from the hypothesis that the demarcation of the remaining lands of the Quilombo is a victory, forged by centuries of resistance and confrontation of social and economic dynamics and state policies that condemn to extinction genre of Quilombola's life, inhabitant of riverside, peasant, indigenous, among others, that use the land as common property, cultivated and revered by the community. We emphasize that the conquest of the land by rural communities does not change the features of the lifestyle presented on riverside communities and quilombola's areas, for example, the dependence that the oil activity has with the crossovers agents, as well as the threat that the expansion of palm oil has on the territory. The article is divided into three parts, besides the introduction

and conclusion. In the first part is discussed the different uses of the land in the riverside communities of Abaetetuba; in the second part we analyze and reflect on the process that culminated in the quilombola's title area and finally we lay out some points about the threats to the remaining Quilombo's communities.

Keywords: Lifestyles. Inhabitant of riverside. Quilombola. Communities. Territory.

Introdução

Segundo Treccani (2006), o governo do estado do Pará foi o primeiro a expedir títulos de reconhecimento às comunidades remanescentes de quilombo, como também é o que mais titulou, chegando à marca de 414.705,6803 hectares. Foram outorgados 23 títulos, em favor de 68 comunidades, beneficiando 3.080 famílias. No nordeste paraense, as comunidades quilombolas conhecidas encontram-se nos municípios de Abaetetuba, Acará, Augusto Correa, Baião, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capitão Poço, Colares, Concórdia do Pará, Igarapé-Miri, Irituia, Mocajuba, Moju, Oeiras do Pará, São Miguel do Guamá, Tracuateua, Viseu.

Partimos da hipótese estruturadora que a demarcação das terras remanescentes de quilombo é uma conquista. Forjada em séculos de resistência e enfrentamento da dinâmica socioeconômica e de políticas de estado que condenam à extinção gêneros de vida quilombola, ribeirinho, camponês, indígenas, dentre outros, que usam a terra como bem comum, cultivado e cultuado pela comunidade. Portanto, modos de vida que usam a terra/território para viver e não a reduzem a capital.

Analisamos a demarcação das terras remanescentes de quilombo enfocando as comunidades rurais das Ilhas de Abaetetuba, no município de Abaetetuba, pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense e à Microrregião de Cametá. Ressaltamos que a conquista da posse da terra pelas comunidades rurais não altera os traços do modo de vida das comunidades ribeirinhas e quilombola, por exemplo, a dependência que a atividade oleira tem dos agentes atravessadores, bem como a ameaça que a expansão da dendeicultura sobre esse território.

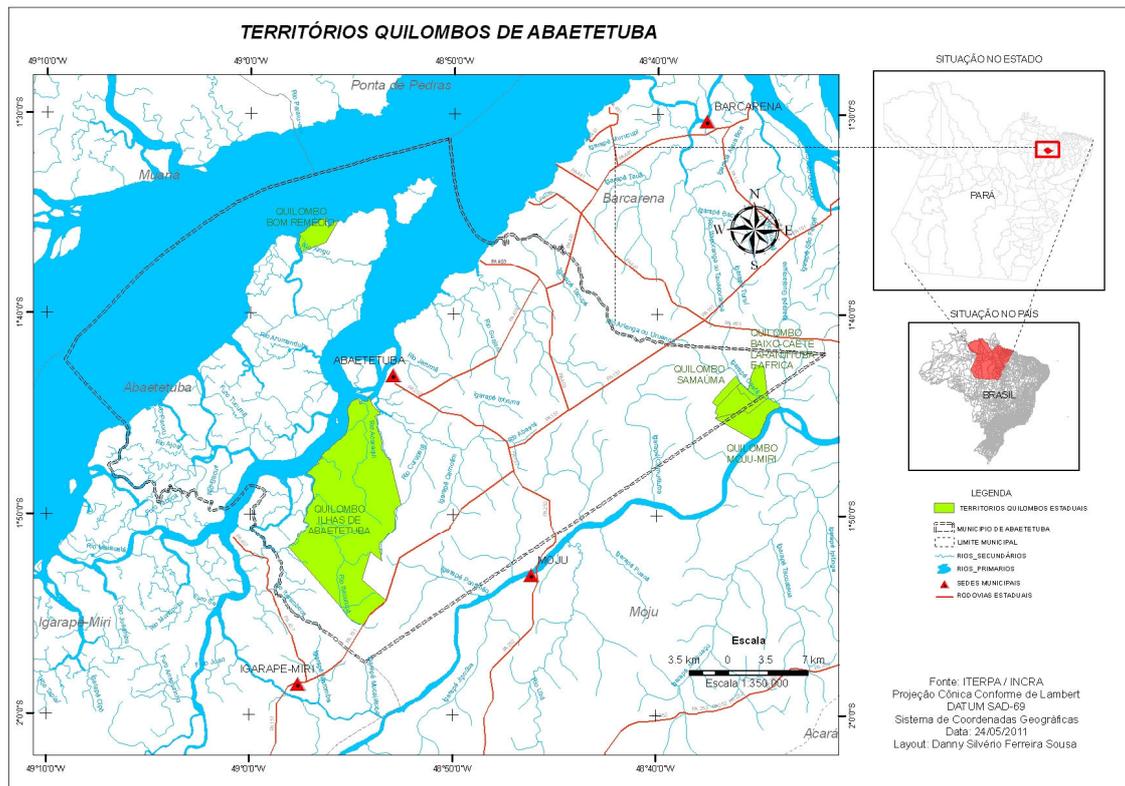
Para tanto levantamos dados secundários a partir de revisão bibliográfica, que nos subsidiaram acerca da situação dos escravos, engenhos e população ribeirinha quilombola da área em foco. As informações e dados primários foram fornecidos e construídos a partir de pesquisa de campo nas comunidades remanescentes de quilombo de Abaetetuba,

onde entrevistamos a diretoria da Associação dos Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba (ARQUIA) e os moradores que não fazem parte da diretoria. As perguntas foram semi-abertas e objetivavam coletar narrativas sobre o processo de titulação do território quilombola e o modo de vida das comunidades rurais a partir da titulação. O trabalho de campo foi realizado pelos estudantes da turma de geografia de Abaetetuba em fevereiro de 2011, a quem registro minha admiração e agradecimento.

Usos da terra em comunidades ribeirinhas de Abaetetuba.

O acesso mais comum para se chegar ao território remanescente de quilombo das ilhas de Abaetetuba é pela rodovia PA 151, na altura do Km 16 antes de chegar ao município de Igarapé-Miri, percorrer do ramal do Itacuruça. É uma estrada de piçarra e barro, marcada pela quantidade e intensidade de buracos, que tornam a viagem desconfortável, cansativa e demorada, apesar da bela paisagem da mata secundária que contrasta com as extensas fazendas ao longo de todo percurso.

Percorridos aproximadamente 12 km de estrada ruim, chegamos à comunidade do Baixo Itacuruça que, junto com as comunidades do Acaraqui, do Alto Itacuruça, do Arapapu e Arapapuzinho, do Açacu, no igarapé Bom Remédio, do Igarapé São João, no Médio Itacuruça, de Ipanema, do Jenipaúba e do Rio Tauaré-açu, integram o território de remanescentes de quilombo de Abaetetuba, cujo representante jurídico, desde junho de 2002, é a ARQUIA - Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo de Abaetetuba.



Fonte: ITERPA/INCRA

O território da ARQUIA tem uma área de pouco mais de 12 mil hectares, onde segundo dados da associação, vivem aproximadamente 1.700 famílias e uma população próxima de 7.500 pessoas distribuídas irregularmente pelas comunidades ao longo dos rios, furos e igarapés, cuja dinâmica e gênero de vida exemplificam aquilo que Wagley (1988) conceitua de uma comunidade amazônica onde por

toda parte as pessoas vivem em comunidades- em bandos, em aldeias, em núcleos agrícolas, nas pequenas e nas grandes cidades. Nas comunidades existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, e nelas, todos os dias, as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura. É nas suas comunidades que os habitantes de uma região ganham a vida, educam os filhos, levam uma vida familiar, agrupam-se em associações, adoram seus deuses, tem suas superstições e seus tabus e são movidos pelos valores e incentivos de suas determinadas culturas. Na comunidade a economia, a religião, a política e outros aspectos de uma cultura parecem interligados e formam um sistema geral de cultura, tal como o são na realidade. Todas as comunidades de uma área compartilham a herança cultural da região e cada uma delas é uma manifestação local das possíveis interpretações de padrões e instituições regionais (WAGLEY 1988, p.44).

Do século XVII ao XX o povoamento e a formação destas comunidades se estruturaram no uso da terra. Nos rios, comunidades e sítios os ribeirinhos constroem

habitações, casas comerciais, áreas de lazer, de culto dos vivos e dos mortos, cultivo e criação de animais domésticos, sem ter preocupação em demarcar, delimitar e titular propriedades e patrimônios. Os ribeirinhos sabem os limites de cada sítio, isto é, reconhecem direito de propriedade, ainda que não haja demarcação artificial. Nosso entrevistado 1, um ribeirinho quilombola, menciona que:

Apesar de todos serem remanescentes de quilombo, as áreas pertencem às famílias, o uso é comum àquela família, se a área for grande elas se dividem entre elas, para que outras pessoas também possam trabalhar, devido a falta de trabalho que há no lugar. Como pertence a família a área é de uso comum, eles vão até lá para colher cacau, lenha, açaí, porém eles entram nas propriedades com o consentimento das famílias, se entrar sem a permissão é considerado roubo, o respeito é muito presente nas relações nas comunidades. Existem áreas coletivas que mesmo não sendo parentes os outros membros da comunidade podem usufruir, como: as casas de farinha, os retiros, o porto, as olarias familiares, existem algumas em que trabalham de oito a seis famílias na mesma. Essas áreas coletivas proporcionam a essas famílias a obtenção de renda, mesmo que pouca, se levar em consideração que lá as famílias não tem onde trabalhar. Tais atividades terminam contribuindo para o sustento delas que tiraram maior parte da terra, mesmo que de forma insustentável, o principal produto é a farinha, extraída da mandioca, de forma degradante, tal produto está gerando renda para uma família, sendo que em um espaço coletivo.

Aqui reproduzem uma variedade do que McKean;Ostrom(2001) denominam de propriedade comum ou regime comum de propriedade, isto é, arranjos de direitos de propriedade nos quais grupos de usuários dividem direitos e responsabilidades sobre os recursos. Os igarapés e as áreas de extração do açaí, os trapiches, portos e pontes exemplificam recursos comuns.

Os ribeirinhos dessas comunidades são herdeiros da população escravos de Abaeté que, de acordo com Salles(2005), em 1848 chegou a contar 1.286¹. Gente sem a posse da terra, que trabalhava na propriedade de algum fidalgo ou capitão do donatário e, desse modo, reproduzia nesta parte do país a estrutura agrária contraditória, onde quem tem a posse não usa e quem usa não tem a posse. A partir da Lei de Terras de 1850, quando a generalização do comércio de terras se torna oficial, aqueles que tinham condições sociais, políticas e econômicas conseguiam adquiri-la, transformá-la em capital e construir engenhos, olarias, barcos de grande porte para pesca comercial ou mesmo regatear pelos rios.

Mas foram as atividades associadas à dinâmica dos engenhos de cachaça, açúcar e melado que se destacaram principalmente o plantio de cana e o estabelecimento de casas comerciais responsáveis pelo abastecimento local com produtos de consumo

corrente (alimentos, combustível, utensílios domésticos e de trabalho, materiais de construção, bebidas, fumo, redes para dormir, dentre outros), a preços inflacionados pelo custo deslocamento, demanda e necessidade.

Para Cunha(2009), a produção do açúcar na Amazônia foi intensiva, existido muitos engenhos que se instalaram nas cercanias de Belém, Tocantins e Baixo Amazonas. Conforme Salles(2005), a zona fisiográfica em que se instalou a lavoura de cana-de-açúcar foi sem dúvida uma das mais ricas de elementos culturais da Amazônia. Na economia regional, a produção de açúcar chegou a ter importância e a figurar na pauta de exportação de produtos locais.

Essa lavoura ocupou uma área bem mais extensa do que a atual. Estendeu-se praticamente em redor do círculo do golfo marajoara, ocupando inclusive certa área da ilha do Marajó. Subiu também a calha do Tocantins(...) O negro espalhou-se pela planície levando a todos os rincões a cana-de-açúcar(...)Mas a área típica ou tradicional dessa lavoura limitou-se às bacias do Acará, Capim, Moju, Igarapé-Miri e baixo Tocantins. A produção ainda se destina, na sua grande totalidade, ao fabrico de aguardente, sendo insignificante a de açúcar mascavo e de rapadura (SALLES. 2005, p. 150-151).

No século XIX, sobretudo a partir da crise da economia da borracha, a vida de muitas sociedades ribeirinhas paraenses foi sustentada e estruturada na estreita dependência da dinâmica econômica impulsionada pelos engenhos. Apoiados em Cruz (1973) podemos contar engenhos, usinas e fabricantes de aguardente, mel, açúcar e rapadura em Abaeté, Afuá, Ananindeua, Bragança. Capanema, Igarapé-Assu, Ponta de Pedras, Breves, Igarapé-Miri, Nova Timboteua, Gurupá, Vizeu, João Coelho, Monte Alegre, Muaná, Cametá, Acará, Anapu, Arary, Barcarena, Bujaru, Capim, Carapajó, Guamá, Moju, Marajó, Óbidos, Ponta de Pedras, Val de Cães. No município de Abaetetuba, Cruz (1973, p.116), citando um questionário sobre as condições de agricultura dos municípios do estado do Pará no período de 1910 a 1912, conta 100 engenhos a vapor para fabricação de aguardente.

Para Ferreira(2008) a predominância dos engenhos de cachaça deveu-se ao fato de que a produção de açúcar era uma atividade que necessitava de recursos e mão-de-obra em grau consideravelmente elevado e a produção de aguardente exigia bem menos recursos e mão-de-obra. As aguardentes de cana eram mais simples de produzir e geravam lucros mais fáceis que o açúcar, “decorrendo disso uma das razões para que os

senhores passassem a produzir cachaça, ignorando ou complementando a produção do açúcar”. (FERREIRA, 2008. p,46)

Atividades de pesca, cultivo de gêneros alimentícios, fabricação de telhas e tijolos, extração de açaí e de frutas, criação de animais domésticos gravitavam em torno da produção dos engenhos. Mas os engenhos funcionavam em situação precária, com estrutura física degradada, produção artesanal vinda dos tempos provinciais e cada vez mais decadente, com muita sujeira e maquinário obsoleto. O maquinário dos muitos engenhos era importado, especialmente da Inglaterra, país que dominava a produção industrial do fim do século XIX e início do XX. A reposição das peças em ferro, aço e cobre era difícil e demorada, como também a substituição dos grandes tonéis de carvalho.

O meio geográfico do engenho compôs paisagens marcadas por plantações de cana-de-açúcar devoradoras de mata de várzea e de terra firme. A cultura de cana-de-açúcar era realizada em terreno de várzeas, ao longo das margens dos rios e igarapés, obtendo-se uma cana não muito produtiva, por falta de preparo adequado do solo. Quem plantava a cana eram os proprietários de engenhos ou lavradores ribeirinhos. Segundo Anderson(1992, p. 107) “todas as despesas pelo preparo, manutenção e corte de um roçado de cana eram por conta do agricultor que plantava a área, o ‘canavialista’”. Em muitos casos acontecia a meação no plantio, entrando o senhor de engenho com as terras e o lavrador com o seu trabalho. Na área de várzea, a atividade extrativista do açaí foi quase extinta, posto que toda vida social ergue-se em torno da economia dos engenhos. Além do que não estava no horizonte a possibilidade de produção do açaí.

Reproduzir na Amazônia do século XIX o empreendimento responsável pela dinamização da vida nordestina do Brasil colonial exigia a superação de obstáculos relacionados à força motriz do engenho, dependente das caldeiras a vapor e de potentes e dispendiosos motores a diesel; adaptar-se a instabilidade do mercado consumidor, refém do percurso dos barcos do regatão, comerciante ambulante que viaja entre centros regionais e comunidades rio acima, “comercializando mercadorias para pequenos produtores caboclos e comerciantes do interior em troca de produtos regionais, agrícolas e extrativistas.” (MACGRATH, 1999, p.57)

Os engenhos também padeciam da precariedade tecnológica dos processos de armazenamento, onde a cachaça era engarrafada armazenada em vasilhames de vidro, com capacidade de 24 litros, as frisqueiras e da quase ausência de vias terrestres e transporte para escoamento do produto. Acrescente-se a este obstáculo, na segunda metade do século XX, a legislação trabalhista, que os senhores de engenho relutavam em adotar e a competição com a cachaça engarrafada em quartilho, recipiente para 0,665 litro.

O gênero de vida ribeirinho sobreviveu à economia dos engenhos. Resistiu a essas atividades produtivas que nada melhoraram a qualidade de vida das comunidades onde estavam situados, pois eram sustentados em relações sociais de produção que fomentaram pouco o mercado consumidor local. Assim nosso entrevistado 2, um trabalhador do engenho da Santa Cruz, descreve esse período:

Era uma espécie de escravidão. O dinheiro pouco circulava, era uma moeda de troca que apenas os donos senhores, seus familiares e pessoas de confiança possuíam. Cortadores e transportadores de cana, lenhadores, trabalhadores do picadeiro (curral onde a cana era depositada para ser enfeixada e encaminhada para produção de cachaça), trabalhadores da caldeira, do alambique, enfim a maior parte da mão-de-obra era remunerada em gênero, produtos correntes, retirados no armazém da comunidade, de propriedade do senhor de engenho.

Assim, ele explica que os senhores de engenho reproduziram uma versão do sistema de aviamento: nos armazéns bem sortidos os trabalhadores retiravam tudo o que podiam. Ainda segundo o entrevistado 2,

raramente dispunham de dinheiro em espécie, pois o preço dos produtos que retiravam nos armazéns eram maiores do que o valor da diária de sua força de trabalho. Tinha dias em que os senhores de engenho distribuíam entre os trabalhadores uma moeda de cobre, cunhada no lugar mesmo, espécie de dinheiro local, que correspondia a determinada quantidade de produto. Essa prática foi ineficiente, porque apareceram alguns “espertinhos” que cunhavam a cobiçada moeda e acabavam por desfaltar os armazéns dos senhores.

Serviços de saúde, educação, tratamento de água, saneamento, eletrificação, dentre outros, não chegaram às comunidades que tinham nos engenhos seu centro econômico. Somente em 2010 os ribeirinhos passaram a dispor de energia elétrica (Luz Para Todos) e uma escola quilombola que oferece ensino básico, fundamental e médio, mas os serviços de saúde resumem-se aos agentes comunitários de saúde, que tem seu trabalho limitado pela deficiência de infra-estrutura para deslocamento e mesmo prédio com equipamentos adequados para atendimento.

O poder público mesmo nos momentos em que a dinâmica econômica concentrava-se nas áreas ribeirinhas e a população era predominantemente rural, insistia em pensar políticas municipais para áreas urbanas e que ignoravam a dinâmica ribeirinha. Sintoma desse esquecimento é a precariedade das estradas de acesso às comunidades, que torna caro a circulação de pessoas, bens e serviços.

A posse da terra: os ribeirinhos assumem a identidade quilombola

A despeito dos senhores de engenho e da omissão dos gestores municipais, o gênero de vida ribeirinho sobreviveu graças a sua capacidade criativa de reprodução diante de fortes adversidades. Estamos diante do que La Blache(2005) classifica de uma

ação metódica e contínua, que age fortemente sobre a natureza ou, para falar como geógrafo, sobre a fisionomia das áreas. Sem dúvida, a ação do homem se faz sentir sobre seu meio desde o dia em que sua mão se armou de um instrumento; pode-se dizer que, desde os primórdios das civilizações, essa ação não foi negligenciável (LA BLACHE, 2005, 114).

Esse gênero compreende um conjunto de técnicas e objetos técnicos de uso individual e coletivo criados no decorrer de gerações, por meio do quais se produz e reproduz material e espiritualmente no meio geográfico onde o rio praticamente comanda a vida. Saberes e fazeres, conhecimento empírico, transmitido oralmente que permitiu ao ribeirinho desenvolver técnicas de pesca, cultivo, extração, armazenamento e conservação de alimentos; construir habitações, casas de farinha, olarias, pontes, portos, trapiche adaptados aos meios geográficos de várzea e terra firme; bem como canoas, barcos e embarcações de diversos tamanhos para transportar pessoas, bens e serviços.

Nas palavras de Sorre(1984):

Não é exagero considerar os gêneros de vida, pelo menos inicialmente, como combinações de técnicas(...) A eficácia dessas técnicas reside num conhecimento empiricamente adquirido sobre as propriedades do meio e as exigências das espécies animais(...)E também, cada técnica material se desdobra numa técnica religiosa ou mágica(...)Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição, mediante as quais os homens asseguram domínio sobre a natureza. Técnicas de obtenção de energia, técnicas de produção de matérias-primas, de utensílios; elas são sempre produto da arte, técnicas, e também, assim, as instituições que mantêm a coesão do grupo, assegurando-lhe a perenidade. Criações do gênio humano: a pressão do meio físico estimula, orienta esse gênio, mas é preciso ter sempre em mente sua força criadora(...) (SORRE, 1984, p.100-101).

O gênero de vida ribeirinho é um modo de vida rural, posto que o rio/várzea/terra-firme é núcleo estruturante das comunidades, principal meio de produção e força

produtiva. Em torno deste núcleo organiza-se a divisão técnica, social, sexual e etária do trabalho, as habilidades, os instrumentos técnicos e força motriz, reproduzem um leque de atividades que tem em comum a predominância da unidade familiar de produção, cuja mão-de-obra predominante é familiar e de agregados, sem emprego de máquinas agrícolas e baixo uso de instrumentos e técnicas modernas, baixa produtividade e precária integração com mercado. Na explicação de nosso entrevistado 3:

Quem trabalha na roça não cresce economicamente devido as técnicas serem ultrapassadas e as áreas degradadas, indo para o mercado apenas o excedente, dependendo do tamanho da família varia o tamanho da roça. Mas a maioria trabalha para gerar o excedente. Quando o trabalho na roça é feito por família pequena, eles formam mutirão nos quais se trocam dias de trabalho, pessoas trabalham alguns dias da semana para esta família, no outro dia para outra. Ou seja, quando a família é pequena os outros ajudam alguns dias por que sabem que tal família também os ajudará mais na frente que são as trocas de diárias. Nessas trocas não circulam o dinheiro e sim as trocas de força de trabalho, em alguns casos as trocas são de farinhas, outros vão ajudar porque querem como pagamento a casca da mandioca, ou alguns quilos de farinha. Trocas de trabalho e trocas de produtos.

Nas palavras do entrevistado 4, morador do Alto Itacuruçá:

Os principais produtos geradores de renda para uma família da ilha são a farinha e a extração do açaí, porém existem comunidades em que predominam a olaria. O açaí e a farinha são extrativismo e manejo, usando técnicas de uso de acordo com as que eles aprenderam em cursos de capacitação. No Genipaua, o açaí e a roça tem destaque como produtos; no Acaraqui predomina a pesca; em Taurauaçu, o açaí e a roça; em Arapapú, o açaí e a pesca; em Arapapuzinho uma área que é predominantemente rural se concentra a produção na roça de mandioca, milho e arroz, a chamada cultura branca. No Alto Itacuruçá e no baixo se destaca a olaria e o açaí; em São João, a olaria e o açaí; em Ipanema, a olaria e o açaí; no Assacú, a pesca e o açaí. O açaí, a pesca e a roça no geral são as atividades mais rentáveis aos trabalhadores.

Atualmente a roça não é tão viável financeiramente, porém ela ainda é exercida, devido ser uma atividade tradicional, se for comparada as técnicas que já existem, não cobre a diária e as despesas. Se comparado com a farinha, que também não é tão rentável, porém por ela ser nessa área a base da alimentação das famílias, não se torna tão prejudicial manter tal pratica.

Quem trabalha na roça não cresce economicamente devido as técnicas serem ultrapassadas, e as áreas degradadas, indo para o mercado apenas o excedente, dependendo do tamanho da família varia o tamanho da roça. Mas a maioria trabalha para gerar o excedente. Quando o trabalho é familiar na roça e a tal família é pequena, eles trabalham em mutirão, trocas de diária, pessoas trabalham alguns dias da semana para esta família, no outro dia para outra. Ou seja, quando a família é pequena os outros ajudam alguns dias por que sabem que tal família também os ajudará mais na frente que são as trocas de diárias. Nessas trocas não circulam o dinheiro e sim as trocas de força de trabalho, em alguns casos as trocas são de farinhas, outros vão ajudar porque querem como pagamento a casca da mandioca, ou alguns quilos de farinha. Trocas de trabalho e trocas de produtos.

Assim temos na comunidade de Acaraqui, extração e manejo do açaí, roça e pesca; no Alto Itacuruça, lavoura de mandioca; no Arapapu, extração e manejo do açaí e pesca; no Arapapuzinho roça de mandioca e lavoura branca; no Açacu (Bom Remédio) pesca e açaí; no Baixo Itacuruça, olaria e açaí; no Igarapé São João (Médio Itacuruça) açaí e olaria; em Ipanema açaí e olaria; no Jenipaúba, açaí e roça; no Rio Tauaré-açu, açaí, roça e pesca.

O gênero de vida ribeirinho reafirma-se na dieta alimentar, na linguagem, no modo de vestir e calçar, na prosa alegre de forte sotaque e pronomes de tratamento, que etnocentrismos variados denegriram no termo caboclo. Conforme Lima (1999) o caboclo é uma categoria de classificação social complexa que se refere ao tipo regional da Amazônia; a uma categoria de “mistura racial”, filho do branco e do índio; o nome caboclo também é “usado como categoria de classificação social.

Embora a associação entre os conceitos coloquiais de raça e de classe não seja sempre real ou precisa, ela é usada na construção de uma representação da classe superior amazônica como branca, enquanto se faz referência à classe baixa rural como cabocla. Na região amazônica, o termo caboclo é também empregado como categoria relacional. Nessa utilização, o termo identifica uma categoria de pessoas que se encontra numa posição social inferior em relação àquela com que o locutor ou a locutora se identifica. Os parâmetros utilizados nessa classificação coloquial incluem as qualidades rurais, descendência indígena e “não civilizada” (ou seja, analfabeta e rústica), que contrastam com as qualidades urbana, branca e civilizada. Como categoria relacional, não há um grupo fixo identificado como caboclos. O termo pode ser aplicado a qualquer grupo social ou pessoa considerada mais rural, indígena ou rústica em relação ao locutor ou à locutora. (LIMA, 1999, p. 7)

Caboclo significa, segundo Fraxe (2004), o caipira, homem da roça e do mato, mestiço de índio com o branco. Na interpretação de Salles, (2005.p 108), trata-se de um recurso discursivo para branqueamento, “significa mestiçamento mantendo as hierarquias estruturantes da sociedade”. Mas a carga etnocêntrica que assola a população ribeirinha, tomando-as como caboclas, atinge seu ápice nas políticas de estado na segunda metade do século XX, nas perspectivas desenvolvimentistas que presidem, sustentam e estruturam as políticas de estado para a Amazônia, sobretudo os Planos de Desenvolvimento da Amazônia. Nesta perspectiva o modo de vida do caboclo ribeirinho torna-se invisível.

Conforme Adams (2002) a invisibilidade virtual das sociedades caboclas amazônicas pode também, em parte, ser explicada pelos seus modos de vida, diversos e não especializados. Sua base de recursos é formada por uma floresta e um sistema de risos

que se caracteriza como homogênea em certas escalas de representação científica (floresta tropical, úmida, várzea e terra firme), mas que, na verdade esconde uma vasta gama de heterogeneidade, em grande parte incompreendida. Além disso, muitos dos recursos necessários à reprodução do campesinato não são tradicionalmente valorizados pela economia (florestas, solos aluviais, rios), colocando a economia cabocla numa posição completamente marginal ao “desenvolvimento econômico” tecnocrata do capital.

Nos planos de desenvolvimento da Amazônia reafirmam-se objetivos, e estratégias para integrar a Amazônia ao modelo de crescimento econômico da época, ocupando-a e reafirmando a soberania nacional nesta fração do território brasileiro. Neles a perspectiva desenvolvimentista de política planejada reinventa a região, quer como fronteira agrícola I PDA-1972-75, quer como fronteira agro mineral II PDA-1975-79, ou como fronteira da biotecnologia, do ecoturismo e do desenvolvimento sustentável PDA- 1992-950 e PDA-1994-97. A dinâmica territorial amazônica, durante as últimas quatro décadas do século XX, não pode ser compreendida sem o exame atento da ideia de região contida nos Planos de Desenvolvimento da Amazônia, PDAs. Neles, segundo Hurtienne (2005), caracteriza-se economia cabocla e ribeirinha de base familiar como pouco produtiva e destruidora do meio ambiente.

Para Nahum (1999), as ações políticas destes planos reordenam territorialmente a região, por meio de grandes empreendimentos, tais como Programa Grande Carajás nas décadas de 1980 e 1990. É nesta situação geográfica, singularizada pelos conflitos entre os grandes projetos e a sociedade local, que começa a organização dos ribeirinhos. O processo foi longo e contou com o apoio fundamental da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (FASE), do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Partido dos Trabalhadores. A CPT e a FASE conquistaram a simpatia dos ribeirinhos, pois desenvolviam uma ação educativa pautada na pedagogia do oprimido, onde educador e educando constroem-se no ato de educar. Os educadores dessas entidades não foram vistas como externos e portadores de um conhecimento colonizador.

A pedagogia da autonomia que começaram a praticar levou-os a questionar a dinâmica econômica regional desencadeada a partir dos grandes projetos, sobretudo os impactos da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no modo de vida ribeirinho, desencadeando escassez no pescado, migração de pesqueiros e, em alguns casos conflitos entre os “geleiros que vinham de Abaetetuba e Cametá, que invadiam, pelo

furo do Aquiqui, o Lago Urubu, os rios Guajará, Majari, Maxipanã, Açai” (MOREIRA, 2003, p. 92), na região do Xingu. Além dos conflitos na pesca, o êxodo rural associado aos processos de periferização de Abaetetuba e ampliação da economia informal também são subprodutos da chegada desta hidrelétrica que foi construída primordialmente para fornecer energia para os grandes projetos minero-metalúrgicos.

Havia entre os ribeirinhos o receio de perder suas terras. É para evitar isso que se organizaram para ter a posse. Tal posse da terra coloca-se como necessidade imperativa, condição para reprodução do modo de vida ribeirinho. Conforme as palavras de um morador da comunidade o Alto Itacuruçá, nosso entrevistado 5

a organização das comunidades ribeirinhas para reconhecimento, demarcação e titulação de seu território, iniciou-se nos anos 1990 a partir de levantamento populacional realizado pela Diocese de Abaetetuba, através da Paróquia das Ilhas, verificou-se a existência de famílias ribeirinhas remanescentes de quilombos. A constatação desencadeia um longo processo de pesquisa, estudo, organização e luta para titulação e certificação das comunidades quilombolas da Ilhas de Abaetetuba.

Neste processo da ação da pastoral das ilhas de Abaetetuba é decisiva, pois ela instruirá a comunidade no sentido de titular a área a partir do auto-reconhecimento como remanescentes de quilombo, pois desde 2000 o governo do estado do Pará desenvolve política para aplicar o Art. 68 do ADCT. Sobre o processo de auto-reconhecimento e titulação da terra nosso entrevistado 6 lembra que:

Veio por meio do governo a vontade de regularizar as terras, fazendo um levantamento cadastral, o desejo de um ordenamento jurídico de identificar cada espaço estacionando na situação deles que não possuíam a posse e sim o uso. Assim foi construída a prerrogativa da identidade quilombola, que com base na Constituição de 1988 que lhes concedia o direito a terra, garantiu a eles tal reconhecimento, dando a demarcação. Dessa forma, era necessário que a comunidade se auto-reconhecer como remanescente de quilombos para a obtenção do direito a terra. Assim deu-se a regulamentação para o uso coletivo, iniciando o debate para não ser feito um título por comunidade e sim um para todos, já que a constituição amparava a posse para o uso coletivo no sentido mais amplo da terra, coletivo por que quem a possui não pode vendê-la, pois o espaço é de todos são as comunidades que ficam nas ilhas de Abaetetuba.

Na luta pelo demarcação de terras, as comunidades quilombolas adotam a legitimação através da auto-identificação, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com resistência à opressão historicamente sofrida. Essa

interpretação do reconhecimento das comunidades quilombolas foi construída com base em estudos antropológicos e sociológicos, fruto de ampla discussão técnica, acadêmica e representantes das populações quilombolas.

As comunidades quilombolas auto-identificam-se a partir de um território usado há tempos por elas. O território usado, e por isso reivindicado por uma dada sociedade, compoem-se de uma configuração espacial onde estão os recursos que a comunidade deseja e pode explorar, em que os membros de um determinado grupo têm direitos, de forma estável, ao seu uso e controle dos recursos. Essa apropriação é construída no decorrer de gerações, e está associada ao modo de vida, a cultura e a identidade da comunidade que nele habita. É o chão mais a identidade que assume o sentimento de “pertencer àquilo que nos pertence” o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p.19).

Ameaças às Comunidades Remanescentes de Quilombo.

A titulação do território das comunidades rurais das Ilhas de Abaetetuba não foi acompanhada de ações para impulsionar o desenvolvimento territorial rural. Essas comunidades foram incluídas na agenda política de muitos ministérios, por meio do Programa Território da Cidadania (Casa Civil, Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Cidades, Ciência e Tecnologia, Comunicações, Cultura, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Fazenda, Integração Nacional, Justiça, Meio Ambiente, Minas e Energia, Planejamento, Orçamento e Gestão, Saúde, Trabalho e Emprego, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Geral da Presidência da República, Secretaria de relações Institucionais), tal como estabelecido pelo decreto de 25 de fevereiro de 2008, que institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências.

O Programa de Territórios da Cidadania é parte do esforço conjunto do governo federal para priorizar suas ações em regiões e sub-regiões onde os investimentos públicos e privados não têm sido suficientes para garantir o atendimento às necessidades básicas da população, bem como para acelerar processos locais e sub-regionais que ampliem as oportunidades de geração de renda de maneira desconcentrada

e com a observância da sustentabilidade em todas as suas dimensões. Assim, objetiva apoiar e estimular processos de desenvolvimento organizados territorialmente com certo grau de endogenia, descentralizados e sustentáveis, articulados a redes de apoio e cooperação solidária que, gradualmente, possam integrar populações e territórios do interior do Brasil aos processos de crescimento e de desenvolvimento em curso.

Esse programa é uma política de estado

dirigida para regiões rurais nas quais se constroem, historicamente, relações de pertencimento e identidades culturais e geográficas. Para que este processo ganhe força e densidade, foram e estão sendo criados mecanismos institucionais para o estímulo e o apoio à participação dos atores e atrizes dos territórios para que possam discutir e deliberar publicamente sobre políticas, programas e projetos que afetam diretamente suas vidas (PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2008, p.3).

Portanto, a dinâmica territorial das comunidades rurais que pesquisamos não pode ser explicada pela ausência de políticas de estado para o lugar. Mas é preciso que tais políticas tenham como fundamento as demandas do lugar, apontadas por seus moradores, que sentem cotidianamente a dificuldade de sobreviver com a ausência de serviços de saúde que lhe possibilite eliminar doenças transmitidas pela falta de tratamento de água e esgoto sanitário; que lhe possibilite às famílias proporcionar o ensino fundamental, médio, técnico e superior para seus filhos, qualificando-os e criando condições para contribuírem com o lugar; que tenha como ponto de partida o modo de vida do lugar, seus saberes, fazeres e dizeres, seus costumes e ética. Enfim, é preciso que tais políticas construam aos moradores do lugar possibilidades de escolhas, que o desenvolvimento, meta de muitas das políticas de estado, torne-se um meio para a liberdade de escolher que projeto traçar para vida.

No entanto, as comunidades rurais da ARQUIA ainda esperam pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável e pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais. O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

OBJETIVO GERAL

Art. 2o A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

Enquanto as políticas de estado não chegam a este lugar, os atravessadores, herdeiros dos regatões, entram em cena e financiam as olarias produtoras de telhas e tijolos, transformando-as em fonte principal de renda das famílias. Mas o trabalho nas olarias é precário, predatório ao ambiente e economicamente ineficaz para as famílias. Portanto, as metas das políticas de desenvolvimento sustentável ainda não se realizarem nesta fração da Amazônia.

Em pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2011 perguntávamos aos moradores do território da ARQUIA sobre as mudanças no seu modo de vida a partir do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombos. Eles nos responderam que a conquista da terra foi a principal mudança, a titulação definitiva há tempos almejada. Mas as lideranças desta associação têm claro que a posse jurídica e definitiva da terra ainda é insuficiente para assegurá-la da influência que os agentes atravessadores tem sobre as olarias, bem como dos processos de expansão da dendeicultura na região.

Na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro a atividade oleira se caracteriza pelo emprego de tecnologia rudimentar, com predominância de processo manual e organização produtiva de base familiar. No total são 35 olarias, sendo que em 12 encontramos até 8 famílias produzindo em cada olaria, e o restante com 4, 3 e 2 famílias trabalhando diretamente na olaria. O trabalho na olaria gera emprego e renda para um elevado número de pessoas que trabalham como barreiros, lenhadores, barqueiros, artesões da maromba, além dos atravessadores que compõem toda uma cadeia produtiva.

A partilha dos benefícios da produção oleira é bastante desigual. O produtor encontra-se submetido ao agente atravessador que se apropria da maior parte dos ganhos da atividade. Uma das formas de apropriação é o comprometimento da produção futura que, gera um forte vínculo de dependência. Nesse sentido, a comercialização desta produção reproduz uma cadeia de intermediários que se interpõe entre o produtor e o

consumidor final, provocando o encarecimento do produto e a apropriação de apenas uma margem de lucros pelo trabalhador. Nosso entrevistado 7 detalha esse processo:

Por exemplo, tem pessoas que tem dinheiro aí e o que acontece. Ela sabe que o fulano tem uma produção de 5 milheiros de telhas. Mas não tem dinheiro para a “bóia”, para farinha. Então a pessoa que tem dinheiro vai com quem tem telhas e pergunta, quanto tu queres no milheiro, que responde 180 reais. Ai eu digo, eu dou 150. Tu pega logo o dinheiro, por que não tenho o dinheiro. Isso acontece porque eu não tenho recurso, eu não tenho dinheiro para garantir o preço do produto, mas como tenho que sobreviver acabo vendendo para o atravessador. Aí quem mantém o oleiro é o atravessador. Quer dizer, quando cê chega com uma telha no porto, cê já tá comendo duas fôrnadas do seu patrão. Porque cê não tem para quem pedir, cê depende desse dinheiro. É esse que é o problema da olaria, essa dificuldade.

Isso é uma humilhação. O cara trabalha porque o ramo aqui do Itacuruça é barro, olaria; se fechar as olarias nós vamos urrar um bom bocado; lavoura a gente não pode fazer, porque a gente não tem o recurso; e a lavoura ainda é pior; porque você depende do ano para lavoura; aqui na telha você depende de quinzena; na lavoura cê vai fazer a roça, queimar, plantar, com um ano você vai colher, por que quem é que vai comprar maniva sua desse tamaninho, se cê mete milho, arroz, cê dança porque a terra aqui não é boa; o pessoal tentou criá peixe, mas não deu e estão pra acabar os peixes aqui do rio. É como eu disse o cara não tem condição de se manter. O cara não tem renda, não tem como se manter. É diferente do pessoal do sul, onde o cara faz um projeto para plantar tomate, faz uma horta, o governo agüenta ele ai, safra e safra, se tem geada, problema, o governo agüenta para ele produzir de novo, mas aqui não vem. Se cê vai fazer empréstimo no banco é uma “democracia” do caramba; vem os técnicos olhar tua terra e diz isso ai não presta.

Mas antes trabalhar assim. Não dá pra fazer associação. Aqui olaria é um problema. Olha cê faz um milheiro de terra aqui e quando cê vê joga pra venda, cê já tá perdendo 70 a 80 reais em cada milheiro. Isso se ela não estalar no forno, ai você vai perder mais. É por isso que todo oleiro deve para os outros, o que ele faz não dá pra pagar as contas. O dono da telha não vem nem mais exigir tanto da gente porque ele sabe disso. Ele sabe que em 100 milheiros de telha que ele compra, se eu ficar devendo dois milheiros, não prejuízo para ele. Fazer telha é um sacrificio, sofre sono, muitas vezes a gente não tem dinheiro para comer, quando almoça não janta, quando quer um calção não tem, e ainda corre o risco de acidente, de perde uma perna ou braço na maromba. Mas a gente tem de continuar.

A intermediação cumpre funções mais amplas que simples comércio de mercadoria. Na prática acaba substituindo o papel do crédito, financiando, muitas vezes, todas as fases do processo produtivo. A presença desta intermediação está ligada por vínculos bastante fortes com a própria estrutura da produção. Dessa forma, os atravessadores são os responsáveis pela concessão de financiamentos suprimindo o papel do crédito bancário público ou privado, permitindo aos oleiros continuar produzindo em condições econômicas desfavoráveis, contexto este, comum entre os trabalhadores do setor oleiro. No dizer de nosso entrevistado 8:

Nós não temos condições para chegar ao Banco e dizer: nós queremos dinheiro para trabalhar na olaria, nós queremos dinheiro para por o material na beira em preço normal. Chega lá o Banco diz não, esse tipo de projeto não tem dinheiro; pra oleiro não tem dinheiro. Ai o que acontece, o atravessador vem e assume o lugar do banco. O patrão que compra é o que ganha, o que leva, não produz. Esse é que é o problema da olaria. Eu tenho que depender do dinheiro do outro; quer dizer: eu tenho 1000 reais em casa, eu venho explorar quem produz telha. Eu sei que o cara vive enroscado aqui, então eu venho olhar ele e digo, quero comprar cinco milheiros de telha, te dou 140 no milheiro.

O cara ta perdendo 200 reais em cinco milheiros de telha que ele vende. O preço é 180, mas vende por 140. O cara vende porque tá passando por dificuldades. Aí é o problema. Aí se o cara não vende por 140, outra olaria vende. Então é a própria busca por dinheiro, a concorrência que faz isso acontecer. E isso impende a gente de sustentar o preço que queremos. E essa situação da ausência de financiamento que impede de sustentar o preço. Aí você esta enrascado, precisando comprar o que comer, comprar barro, lenha e óleo para trabalhar.

Ai você vende pelo preço que oferecerem e não pelo que deseja. Isso porque até que a telha e o tijolo estejam prontos para comércio demoram quinze dias e enquanto isso como é que a gente vai sobreviver. Uma comparação, eu tenho ali cinco milheiros que não está comprometido. Mas o preço que eu quero o cara não vai me dá, mas não posso esperar. Então a hora que aparecer um e me de o dinheiro, eu pego. Eu tenho que desenvolver o serviço. Ai eu vou sempre vende abaixo do preço. O normal aqui é vender a 200 reais, mas se alguém vem e lhe oferece 170 reais, você pega, você esta precisando. Se eu não pego aqui, outro acolá pegará o dinheiro. O atravessador é um investidor, ele compra 20 milheiros de telha e deixa aí, quando ele for precisando pega. Ai o pior é quando cê gastou o dinheiro, mas não produziu a telha já vendida; aí cê tem que fazer com fome, mas faz.

Neste caso, este financiamento acaba subsidiando financeiramente a produção, uma vez que, os produtores não dispõem de recursos financeiros próprios para desenvolver todas as etapas da atividade oleira. Pode-se dizer, então, que o produtor é um empregado do atravessador. A comercialização freqüentemente se confunde com o escoamento dos produtos oleiros, pois na maioria dos casos os proprietários dos barcos são os mesmos que financiam a produção. Nesse sentido e de acordo com (Lira, 1998), a comercialização se inicia com o comprometimento da venda da produção ao atravessador, que recolhe nas olarias, a partir daí, o atravessador negocia o produto nos mercados de Abaetetuba principalmente, onde é revendido ao consumidor final pelas estâncias de materiais de construção.

Esta situação de dependência e, ao mesmo tempo, de exploração em que, constantemente, o trabalhador deste setor está inserido, se agrava na medida em que o oleiro, proprietário da produção, não dispõe de uma estrutura de comercialização que lhe permita condição mais satisfatória em relação aos benefícios desta produção. Desse modo, converge-se entre as razões dessa falta de estruturação, o fato de que, na maioria

dos casos, o trabalhador não possui seu próprio barco, que entre outros, possibilitaria que este pudesse vender o produto direto nas estâncias de tijolos na cidade de Abaetetuba e, em outros locais de comercialização; a falta de incentivos financeiros e tecnológicos, pois os investimentos públicos, a nível municipal, não prioriza este setor, e o resultado disso se traduz em diversas outras dificuldades, como máquinas (maromba e prensa) obsoletas que produzem respectivamente tijolos e telhas, porém, de forma rudimentar não permitindo, portanto, que este possa ampliar sua produção e, por conseguinte, viabilizar melhores condições de trabalho e geração de renda.

O atravessador, frequentemente, é conhecido de algum morador do lugar ou alguém que migrou para cidade. O capital acumulado no financiamento da atividade oleira é investido em atividades na cidade, uma das mais freqüentes é a construção de casas para vender ou para alugar. De modo que o atravessador tem exponencialmente multiplicado o seu capital inicial. Lucra quando compra abaixo e revende acima do preço de mercado; lucra ao investir na construção de imóveis; lucra ao alugar e vender imóveis. Tudo sobre o manto da sagrada honestidade.

Os produtores de telha do Itacuruça têm clareza desse processo de acumulação nas mãos dos agentes atravessadores. Mas enquanto as políticas de estado só criarem condições para a reprodução de um modelo de desenvolvimento que condena o Estado do Pará a ter uma economia sustentada na extração mineral, na pecuária de corte e no fomento ao agronegócio, os atravessadores continuarão a assumir o papel de financiadores da economia do lugar.

Mas é a expansão do dendê pelo Nordeste Paraense a principal ameaça ao gênero de vida ribeirinho. A expansão da dendeicultura tem se constituído em verdadeiros eventos, que “mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características” (SANTOS, 2006, p.146), transformando áreas de pasto e de lavouras em grandes monoculturas, paisagens homogêneas, num grande deserto verde.

A paisagem rural dos municípios do Mojú e Tailândia é marcada por extensas monoculturas de dendê, aproximadamente 35.700 ha plantados de uma área de 88.100 ha, pertencentes ao Grupo Agropalma e ao Grupo Marborges Agroindústria S/A. O primeiro iniciou suas atividades de produção e extração de óleo de palma e óleo de palmiste em 1982 no município de Tailândia, a 150 km de Belém, e tornou-se o maior

produtor de óleo de palma da América Latina, dominando todo o ciclo de produção, da semente ao óleo refinado, gorduras vegetais e margarina. O grupo Marborges entrou em atividades em julho de 1991, sua indústria foi inaugurada em 1992; está composto por duas empresas: Marborges Agroindústria S.A e a Reflorestadora Mojú Acará Ltda.

Linhas e linhas de dendê apagam do meio geográfico as áreas degradadas por pasto, queima de floresta e fazendas improdutivas. No lugar dos quais emerge um cultivar moderno, sustentado, apoiado em pesquisas da EMBRAPA e impulsionado pelo exigente, competitivo e promissor mercado consumidor nacional e internacional.

A partir de 2006 a Secretaria de Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário adotou a instalação de Pólos de Produção de Biodiesel como principal estratégia para contribuir em nível microrregional ou territorial com a organização da base produtiva de oleaginosas na agricultura familiar, e, conseqüentemente promover a inclusão de agricultores familiares na cadeia de produção do biodiesel. No Pará o Pólo1 abrange 37 municípios no Baixo Tocantins e Nordeste Paraense: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Belém, Bonito, Bujaru, Cachoeira do Arari, Cachoeira do Piriá, Cametá, Capanema, Capitão Poço, Castanhal, Concórdia, Concórdia do Pará, Currealinho, Dom Eliseu, Gurupá, Igarapé-Miri, Ipixuna do Pará, Limoeiro do Ajuru, Melgaço, Moju, Muaná, Nova Esperança do Piriá, Oeiras do Pará, Ourém, Paragominas, Ponta de Pedras, Portel, Santa Luzia do Pará, São Domingos do Capim, São Francisco do Pará, São Sebastião da Boa Vista, Tailândia, Tomé-Açu, Ulianópolis, Viseu.

A expansão da dendeicultura apoiada e amparada pelo Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) tem se constituído na principal ameaça ao gênero de vida da população rural, sobretudo do pequeno produtor da terra firme. Isso porque, a entrada da Biovale na região fomentou um mercado de terras, pois no Moju e em Tailândia as terras estão escassas e caras. Representantes locais da empresa desencadearam uma espécie de varredura fundiária em busca de terras para dendeicultura em municípios como Abaetetuba, Igarapé Miri, dentre outros locais.

Amparados em laços de solidariedade locais, proximidade partidária ou identidade política, esses representantes são vistos pelos pequenos produtores como pessoas confiáveis, que tem dinheiro, que pagam preço bom pela terra, possibilitando condições deles saírem da vida de penúria e sofrimento, que é viver nos lugares destituídos de serviço urbanos. Depois de um primeiro contato, onde são firmados

interesses de compra e venda, preço e forma de pagamento, começa a demarcação da propriedade, seu registro, pouco depois se efetiva a venda.

Desse modo, cria-se um mercado de terra voraz de propriedades necessárias à expansão do dendê. Essa atividade reinventa os lugares onde se enraíza, pois retira das pessoas o fundamento estrutural de seu modo de vida: a terra e junto o seu cultivo e cultura. O dinheiro oriundo da venda da terra não é capaz de comprar outro modo de vida. Longe disso, apenas possibilita a migração do pequeno proprietário para lugares na cidade onde ele pode comprar. Assim, multiplicam-se os bairros periféricos e as ocupações nas áreas de influência do dendê; igualmente os gestores municipais têm dificuldades em equacionar os desdobramentos disto na oferta de serviço de qualidade na educação, saúde, segurança, infra-estrutura urbana, dentre outros.

Considerações finais

Partimos das condições materiais de existência de comunidades rurais ribeirinhas de Abaetetuba. Percorremos sinteticamente alguns momentos importantes da formação territorial deste município e neles situar o ribeirinho quilombola. Esse ponto de partida exigiu que analisássemos a dinâmica territorial dessas comunidades sem a preocupação de enquadrá-las teoricamente em paradigmas explicativos da situação dos camponeses a partir do desenvolvimento ou penetração capitalismo no campo amazônico.

Mas o leitor percebeu nossos pressupostos: as comunidades rurais em foco têm uma rica capacidade de reprodução sobre condições adversas. Seu modo de vida testemunha a potencialidade criativa capaz de suportar um período onde predominava o meio geográfico dos engenhos e olarias, alicerçados numa dinâmica territorial profundamente desigual, sobretudo porque o poder público desde essa época insiste em pensar políticas para o município como se este se resumisse à dimensão urbana e a área central da cidade.

O poder público municipal desde a fundação de Abaetetuba administra o município como se não houvesse comunidades rurais, como se nos territórios rurais vivesse um classe invisível. Mas são as unidades familiares ribeirinhas e de trabalhadores rurais da estrada as responsáveis por grande parte do abastecimento

cotidiano da população local com açaí, mandioca, miriti, peixe e camarão, manga, cupuaçu, pupunha, castanha do Pará, bacuri, além de telhas e tijolos.

Na frente da cidade banhada pelo rio Tocantins embarcações de várias espécies, tamanhos e tipos (barcos, canoas, montarias, batelões, rabetas, rabudos, voadeiras) disputam espaço, improvisam pontes e portos para desembarcar pessoas e produtos provenientes da região das ilhas de Abaetetuba, do arquipélago do Marajó, de Belém e dentre outros locais. Esse movimento de bens e pessoas dá-se na beira, lugar de cotidiano vivo nas feições de pessoas com seus gestos, olhares e falares, muitas perguntando sobre preço, qualidade, tamanho e origem de plantas medicinais e ornamentais, frutas, fauna, peixe, camarão e carne de caça, cascas de cipós e árvores, mingau de açaí e de miriti, farinha de mandioca e d'água; tudo compondo aromas, odores, sons e cores diversos. Aqui o rural se encontra com o urbano, permitindo a emergência da feira à céu aberto, onde tudo se compra, vende e encontra.

A maneira informal como são comercializados, a ausência de controle por parte do produtor, somados a precariedade técnica e infra-estrutural da secretaria municipal de agricultura, do escritório local do IBGE e da EMATER dificultam contabilizar o montante da produção, a origem da localidade, bem como o valor. Isso, provavelmente explica a quase invisibilidade destes produtos e do segmento social produtivo nas estatísticas de órgão oficiais, aproximando-os daquela descrição de categoria rural esquecida de que nos fala Queiroz (1963) ou mesmo de um campônio marginal rural, nas palavras de Oberg (1957).

As comunidades rurais sobrevivem da prática da pesca, agricultura, extrativismo, olaria, dentre outras. No entanto, elas são frágeis e insuficientes para impulsionar o sonhado desenvolvimento territorial sustentável propagandeado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Quando lembramos esse discurso não é para reivindicar o desenvolvimentismo e o produtivismo que condenam a terra a produzir exaustivamente, exaurindo solos, biomas e modos de vida. Mas é fato que os recursos oriundos das atividades produtivas não são suficientes para prover tais comunidades de qualidade de vida, nossos entrevistados deixam isso claro.

A titulação do território das comunidades rurais remanescentes quilombo da ilhas de Abaetetuba é o primeiro passo para construção da cidadania, que se define, fundamentalmente, pela condição e posição das pessoas no território, isto é, define-se

pela maneira como usam o território, seja como abrigo ou como recurso. A titulação, imensa conquista, coloca para o poder público e para a ARQUIA desafios velhos e novos, no sentido de garantir a reprodução do modo de vida ribeirinho quilombola sem que isso signifique extinção deste gênero de vida camponês. O principal desafio para o poder público é mudar a cultura política sob a qual visualiza as comunidades rurais. Elas não são rugosidades sociais que devem constar no museu da história. Longe disso, é possível considerar a dimensão territorial de sua existência e começar a admitir a possibilidade de desenvolvimento nesta fração do município.

Depois de admitir é preciso criar condições infra-estruturais, dotar o lugar de serviços necessários à melhoria da qualidade de vida, sobretudo saúde, melhoria das vias de acesso, dentre outros. Não é mais razoável que as comunidades disponham de energia elétrica e não contem com posto de saúde para atendimentos elementares. A energia deve estar acompanhada de equipamentos necessários à construção da cidadania, que são se decreta cidadania, tampouco ela é fruto de planos e programas de inclusão social.

Nota

¹ Em 1856 a população de cor (livre e escrava) em Abaeté, segundo Salles (2005.p,133) é de 1.384 pessoas.

Referências

ADAMS, Cristina. **Estratégias adaptativas de duas populações caboclas (Pará) aos ecossistemas de várzea estuarina e estacional: uma análise comparativa**, 373f. Tese (Doutorado)- Instituto de Biociências da Universidade Estadual de São Paulo. Departamento de Ecologia. São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/41/41134/tde-13042006-144315/pt-br.php>>. Acesso em: 13.05.2011.

ANDERSON, Scott D. Engenhos na Várzea: uma análise de declínio de um sistema de produção tradicional na Amazônia. In: LENÁ, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de.(Orgs). **Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois**. 2 ed. Belém: CEJUP: MPEG. 1992. Pp. 101-121.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará**. Belém: governo do estado do Pará. 1973. Vol 1.

CUNHA, Ana Paula Macedo, **Engenhos e engenhocas: a atividade açucareira no Estado do Maranhão e Grão-Pará (1706-1750)**. 125 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em História. Belém, 2009.

FERREIRA, Alex Jorge Gaia. “**Descaminhos das canas**”. **Usos e discursos sobre a aguardente na Amazônia colonial (1700-1750)**. 68 f. Monografia (graduação)- Curso de Licenciatura e Bacharelado em História da Universidade Federal do Pará. Belém: 2008.

FRAXE, Therezinha J.P. **Cultura cabocla-ribeirinha. Mitos, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume: 2004.

HURTIENNE, Thomas. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. In: **Novos Cadernos NAEA**. Belém, v. 8, n. 1. Jun 2005. p. 19-71 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/47/42>> Acessado em: 13.05.2011.

LA BLACHE, Paul Vidal de. I Geografia Geral. Os gêneros de vida na geografia humana. **Geographia**. Niterói (RJ). Vol. 7, n. 13 (2005). pp. 113-130. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/182/174>> Acessado em: 13.05.2011.

LIMA, Débora de. M. A construção histórica do termo caboclo sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. In: **Novos Cadernos NAEA**. Belém, vol. 2, n 2. pp. 5-32, dez. 1999. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/107/161>>. Acessado em: 13.05.2011.

LIRA, Sérgio Roberto Bacury.(Coord) **Pólos oleiro-cerâmico de Abaetetuba. Expansão e crise**. Belém: UFPA/NUMA/POEMA/IDESP. 1998.

MCGRATH, David. Parceiros no crime. O regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. In: **Novos Cadernos NAEA**. Belém, vol. 2, nº 2, pp.57-72, dez. 1999. Disponível em:< <http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/109/163>>. Acessado em 13.05.2011.

MCKEAN, Margart;OSTROM,Elleanor. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado?In: DIEGUES, Antonio Carlos;MOREIRA, André C.(Org). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: NUPAUB/USP. 2001. pp.79-95.

MOREIRA, Edma Silva. **Tradição em tempos de modernidade. Reprodução social numa comunidade varzeira do rio Xingu/PA**. Belém: 2003.

NAHUM, João Santos. **A Amazônia dos PDAs: uma palavra mágica?** 94 f. Dissertação(Mestrado). Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da Universidade Federal do Pará. Belém, 1999.

OBBERG, Kalervo. O campônio marginal no Brasil rural. In: WELCH, Clifford. A. *et al.* **Camponeses brasileiros**. Vol. I. São Paulo: Editora Unesp; Brasília(DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 181-192.

PROGRAMA TERRITÓRIO DA CIDADANIA- Proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário para redução da desigualdade social no meio rural brasileiro. s/r:2008.

QUEIROZ, Maria Isaura. Perreira de. Uma categoria rural esquecida. In: WELCH, Clifford. A. *et al.* **Camponeses brasileiros**. Vol. I. São Paulo: Editora Unesp; Brasília(DF): Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, pp. 57-72.

SALLES, Vicente. **O negro no Pará: sob o regime de escravidão.** 3 ed. Belém: IAP/ Programa Raízes, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil. Território e sociedade no início do século XXI.** São Paulo: Editora Record. 200.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção.** São Paulo: Edusp. 2006.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e sua evolução. In: MEGALE, Januário F. (Org). **Max Sorre.** São Paulo: Editora Ática. 1984. Pp.99-123.

TRECCANI, Girólomo Domênico. **Terras de quilombo: entraves do processo de titulação.** Belém: Programa Raízes, 2006.

WAGLEY, Charles. **Uma comunidade amazônica.** 3 ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

Artigo recebido em 25/05/2011 e aceito para publicação em 27/07/2011.